

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Quotistas,

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao semestre findo em 30 de junho de 1999.

São Paulo, 21 de julho de 1999

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DEZEMBRO DE 1998				DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
ATIVO		PASSIVO		30/06/99		31/12/98	
CIRCULANTE	30/06/99	31/12/98	CIRCULANTE	30/06/99	31/12/98	ORIGENS DE RECURSOS:	
Disponibilidades	7.634	16.022	Fundo de reserva a liquidar	14.445	13.691	Das operações (vide abaixo)	-
Títulos e valores mobiliários	-	3.061	Fiscais e previdenciárias	508	486	Diminuição dos subgrupos do ativo	3.434
Impostos a recuperar	4.016	3.399	Contas a pagar	3.415	4.189	Títulos e valores mobiliários	9.537
Outros créditos	138	25	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	524	524	Outros créditos	17.756
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.268	6.044	Provisões para contingências	524	524	Aumento dos subgrupos do passivo	9.537
Depósitos judiciais	464	479	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.069	9.437	Fundo de reserva a liquidar	1.506
Impostos a recuperar	5.929	5.565	Capital social	5.150	5.150	Fiscais e previdenciárias	22
Imóveis destinados à venda	4.875	-	Reserva de lucro	-	272	Exigível a longo prazo	100
PERMANENTE	1.136	1.586	Lucros (prejuízos) acumulados	(81)	4.015	TOTAL DAS ORIGENS	11.065
Imobilizado	464	546	TOTAL DO PASSIVO	20.038	23.652	APLICAÇÕES DE RECURSOS:	
Diferido	672	1.040				Nas operações (vide abaixo)	3.918
TOTAL DO ATIVO	20.038	23.652				Aumento dos subgrupos do ativo	-
						Impostos a recuperar	617
						Outros créditos	113
						Realizável a longo prazo	5.224
							5.954
						Diminuição dos subgrupos do passivo	-
						Contas a pagar	774
							774
						TOTAL DAS APLICAÇÕES	10.646
						AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	419
						MODIFICAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2.746
						Disponibilidades	-
						No início do período	3.061
						No fim do período	3.480
						AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	419
						RECURSOS ORIGINADOS DAS	2.746
						(APLICADOS NAS) OPERAÇÕES:	
						Lucro (Prejuízo) do período	(4.368)
						Ajustes ao lucro (prejuízo) do período:	
						Depreciação e amortização	450
						Valor residual de imobilizado baixado	-
							1.122
							(3.918)
							3.434

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
30/06/99		31/12/98		30/06/99		31/12/98	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				Capital Social			
Prestação de serviços	769	2.205		Reserva de Lucro			
Impostos incidentes	(68)	(169)		Lucros (Prejuízos) Acumulados			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	701	2.036		Total			
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS				SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1998			
Gerais e administrativas	(4.922)	(5.485)		5.150	180	2.265	7.595
Depreciações e amortizações	(450)	(470)		Transferência	-	92	-
Financeiras, líquidas	527	5.456		Lucro do período	-	-	1.842
	(4.845)	(499)		SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
RESULTADO OPERACIONAL	(4.144)	1.537		5.150	272	4.015	9.437
Resultado não operacional	(224)	(881)		Transferência	-	(272)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.368)	656		Prejuízo do período	-	-	(4.368)
Provisão para imposto de renda	-	(708)		SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999			
Contribuição social	-	1.894		5.150	-	(81)	5.069
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(4.368)	1.842					

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998				DEMONSTRAÇÕES DAS VARIÁÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
ATIVO		PASSIVO		30/06/99		31/12/98	
CIRCULANTE	30/06/99	31/12/98	CIRCULANTE	30/06/99	31/12/98	DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	
Disponibilidades	6.570	8.103	Recursos a devolver a consorciados desistentes	2.094	2.738	Depósitos bancários	38
Títulos e valores mobiliários	18	38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.476	5.365	Títulos e valores mobiliários	6.035
Outros créditos	3.846	6.035	Recursos coletados	33.716	59.343	RECURSOS COLETADOS	6.073
Contribuições a receber em atraso	2.706	2.030	Recursos utilizados	(31.946)	(56.008)	Contribuição para aquisição de bens	11.426
COMPENSAÇÃO	22.557	18.726	Outros	2.706	2.030	Taxa de administração	769
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	3.691	2.898	COMPENSAÇÃO	22.557	18.726	Contribuições do fundo de reserva	109
Contribuições devidas ao grupo	10.265	9.938	Recursos mensais a receber de consorciados	3.691	2.898	Rendimentos financeiros	468
Consortiados - bens a contemplar	7.000	4.047	Obrigações do grupo por contribuições	10.265	9.938	Multas e juros moratórios	40
Contemplações pendentes de entregas	1.543	1.751	Obrigações por entrega de bens - 10.807	7.000	4.047	Prêmios de seguros	101
Bens a entregar a consorciados - 10.807 (31/12/98 - 8.919) unidades	11	9	Créditos à disposição de consorciados	1.543	1.751	RECURSOS UTILIZADOS	12.913
Bens entregues a consorciados - 41.305 (31/12/98 - 71.385) unidades	41	71	Obrigações por entrega de bens - 10.807 (31/12/98 - 8.919) unidades	11	9	Aquisição de bens	11.046
Assembléias a realizar - 5.788 (31/12/98 - 12.050) unidades	6	12	Entrega de bens a consorciados - 41.305 (31/12/98 - 71.385) unidades	41	71	Taxa de administração	761
TOTAL DO ATIVO	29.127	26.829	Assembléias a realizar - 5.788 (31/12/98 - 12.050) unidades	6	12	Multas e juros moratórios	16
			TOTAL DO PASSIVO	29.127	26.829	Prêmios de seguros	108
						Encerramentos de grupo	3.191
						DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	15.122
						Depósitos bancários	18
						Títulos e valores mobiliários	3.846
							6.035
							6.073

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 31 DE DEZEMBRO DE 1998			
(Em milhares de reais)			
1. CONTEXTO OPERACIONAL	A Sociedade foi constituída em 20 de agosto de 1980 e opera sob autorização do Banco Central do Brasil - BACEN. As operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para reunir recursos para aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, quando há excedente dos recursos recebidos, ele é aplicado no mercado financeiro em nome dos grupos.		
	A Administração da Sociedade vem implementando um conjunto de ações de ordem operacional, com foco na redução de custos e melhor aproveitamento da força de vendas, objetivando a retomada da lucratividade.		
	Entre outras ações destaca-se a implantação do sistema de administração de Consórcios denominado "SIACON 2.000", que objetiva a redução de custos com informática, bem como a redução dos riscos inerentes à passagem do milênio; e a otimização dos recursos da área de Atendimento ao Cliente, com vistas à redução de despesas com comunicação e impressos.		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as normas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, adaptadas aos dispositivos do BACEN e substancialmente apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.		
	As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:		
I - Da Administração	(a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas e a taxa de adesão por ocasião da primeira assembléia dos grupos de consórcio.		
	(b) Títulos e Valores Mobiliários - Contabilizados ao custo ou mercado, dos dois o menor, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.		
	(c) Imobilizado - Registrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens (vide nota 5).		
	(d) Diferido - Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da amortização acumulada calculada linearmente, em conformidade com as taxas descritas na Nota 6.		
	(e) Fundo de Reserva a Liquidar - Contabilizado pelos valores a serem restituídos aos consorciados nas datas de encerramento dos balanços.		
	(f) Imposto de Renda - Calculado de acordo com a legislação vigente na data do balanço, sendo a taxa nominal de imposto de renda de 25% sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas em lei. A Sociedade não constituiu créditos a recuperar sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social acumulada ou provisões temporariamente indedutíveis.		
	(g) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo - Os saldos estão classificados no circulante em razão da expectativa de realização ou desembolso no período inferior a um ano e incluem as atualizações monetárias com base na legislação ou cláusula contratual.		
II - Dos Grupos de Consórcios	(a) Disponibilidade e Títulos e Valores Mobiliários - Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os		

6. DIFERIDO LÍQUIDO			
	Taxa de amortização % ao ano	30/06/99	31/12/98
Sistemas aplicativos	20	53	83
Implantação de rede de comunicação	20	619	957
Total		672	1.040

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS			
A Sociedade está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas, ajustando a respectiva provisão.			
Quando aplicável, são efetuados depósitos judiciais para garantir causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$464 em 30 de junho de 1999 (R\$479 em 31 de dezembro de 1998) são classificados no realizável a longo prazo.			

8. FUNDO DE RESERVA A LIQUIDAR			
Representa o direito dos consorciados de grupos encerrados até a data do balanço, remunerado nas mesmas bases das disponibilidades de Grupos.			
A partir dos grupos encerrados em 28 de julho de 1998, de acordo com a Circular 2.766 do Banco Central do Brasil, a Administradora cobra taxa de permanência sobre o saldo a restituir aos consorciados que não resgatam os valores a receber após 90 dias do comunicado aos mesmos.			

9. IMPOSTOS A RECUPERAR			
Com base nos processos promovidos pela Sociedade, com decisões judiciais transitadas em julgado favoráveis aos seus pleitos, na opinião dos consultores jurídicos (externos e internos), e na jurisprudência dominante nos tribunais, a Administração decidiu reconhecer, em 1998, créditos tributários referentes à contribuição social (R\$ 3.239) e salário educação (R\$5.565), totalizando R\$ 8.804, por entender serem ativos recuperáveis. A parcela referente aos efeitos inflacionários e juros sobre estes créditos, totalizando R\$5.039, foi registrada como receita financeira e o principal teve como contrapartida as respectivas contas de despesa no resultado.			
O saldo destes créditos tributários em 30 de junho de 1999 é de R\$3.517 (contribuição social) e R\$5.929 (salário educação), classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, respectivamente. Na data de encerramento do balanço, a Sociedade estava em negociações objetivando a venda por meio de cessão de crédito de tributo federal (de acordo com a legislação aplicável), dos valores relacionados com a contribuição social.			

10. CAPITAL SOCIAL			
O capital social é representado por 5.150.000 quotas, de valor unitário de R\$1,00. A distribuição dos lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas, na proporção de suas quotas.			

11. ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA A PASSAGEM DO MILÊNIO			
O Consórcio Nacional Sharp atribuiu alta prioridade à adequação de seus sistemas para eliminação dos riscos inerentes à passagem do milênio. Para tanto, foi desenvolvido um projeto de tecnologia, para conversão de todos os sistemas, concluído em junho de 1999.			
As informações acima, não foram examinadas pelos auditores independentes.			

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Em 31 de dezembro de 1998, o saldo é composto substancialmente por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao Banco Rural S.A.			

4. IMÓVEIS DESTINADOS À VENDA			
Em março de 1999, a Sociedade adquiriu imóvel da controladora Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos por valor contábil que não difere significativamente de avaliação procedida por peritos. Este imóvel está classificado no realizável a longo prazo por se destinar à venda.			

5. IMOBILIZADO LÍQUIDO			
	Taxa de depreciação % ao ano	30/06/99	31/12/98
Instalações	10	69	82
Móveis, utensílios	10	222	268
Equipamentos de computação	20	39	59
Veículos	20	12	15
Direitos de uso de linhas telefônicas	-	122	122
Total		464	546

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES			
(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sharp Administração de Consórcios S/C Ltda. em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos para os semestres findos naquelas datas, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e as variações das disponibilidades de grupos para os semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.			

Luís Roberto Pogetti Diretor Superintendente	Tadeu Salustiano de Sena Diretor de Controle	Oswaldo Novais de Oliveira CRC - 1SP137839/O-8 / CPF 009.739.078-00
--	--	---

ARTHUR ANDERSEN S/C		
CRC 25P000123/O-1		
José Vitorio Melhados Trabulsi		
Sócio-Diretor Responsável		
Contador - CRC 1SP073459/O-2		

São Paulo, 21 de julho de 1999		
--------------------------------	--	--

ARTHUR ANDERSEN		
------------------------	--	--

Aos Administradores e Consorciados da Sharp Administração de Consórcios S/C Ltda.:		
(1) Examinamos os balanços patrimoniais da SHARP ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS S/C LTDA. em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os semestres findos naquelas datas, bem como as correspondentes demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 1999 e 31 de dezembro de 1998, e das variações nas disponibilidades de grupos para os semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.		
(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.		